

FICHA AVALIATIVA – PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2023

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)



PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE 2023
Selo Prata

Requisitos segundo a Portaria CNJ n. 82/2023	Alínea	Pontuação	Justificativa	
Eixo Governança				
Art. 5º, I - Distribuição de servidores(as), cargos em comissão e funções de confiança entre primeiro e segundo graus, Resolução CNJ n. 219/2016.	-	21,00	21/45 (46,7%)	a) O percentual de servidores no 1º grau (69,7%) é menor que o percentual de casos novos no 1º grau (73,5%): 0 pontos. b) O percentual de funções de confiança no 1º grau (53,8%) é menor que o percentual de casos novos no 1º grau (73,5%): 0 pontos. c) O percentual de cargos em comissão no 1º grau (70%) é menor que o percentual de casos novos no 1º grau (73,5%): 0 pontos. d) O percentual de servidores alocados na área de apoio indireto está abaixo de 30% (17,2%): 4 pontos e) O percentual de funções de confiança alocadas na área de apoio indireto está abaixo de 30% (11,8%): 4 pontos. f) O percentual de cargos comissionados alocados na área de apoio indireto está abaixo de 30% (12,6%): 4 pontos. g) possui acordo homologado (9 pontos).
Art. 5º, II - Gestão Participativa, Resolução CNJ n. 221/2016.	-	30,00	30/30 (100%)	
Art. 5º, III - Socioambiental, Resolução CNJ n. 400/2021.	-	25,00	25/25 (100%)	O IDS do tribunal no ano de 2022 é igual a 79,3%, logo o tribunal recebe 25 pontos.
Art. 5º, IV - Judicialização da Saúde, Resolução CNJ n. 238/2016.	-		Não se aplica	
Art. 5º, V - Centro de Inteligência, Resolução CNJ n. 349/2020.	-	15,00	15/15 (100%)	O tribunal apresentou 3 notas técnicas válidas, logo recebe 15 pontos.

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)



PRÊMIO
**CNJ DE
QUALIDADE 2023**
Selo Prata

Requisitos segundo a Portaria CNJ n. 82/2023	Alínea	Pontuação		Justificativa
Art. 5º, VI - Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, Resolução CNJ n. 351/2020.	-	20,00	20/20 (100%)	
Art. 5º, VII - Gestão de Memória e de Gestão Documental, Resolução CNJ n. 324/2020.	-	30,00	30/30 (100%)	
Art. 5º, VIII - Justiça Restaurativa, Resolução CNJ n. 225/2016.	-		Não se aplica	
Art. 5º, IX - Instalar o Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo – GMF, Resolução CNJ no 96/2009, e a Resolução CNJ no 214/2015.	-		Não se aplica	
Art. 5º, X - Realização de inspeções nos estabelecimentos penais, Resolução CNJ n. 47/2007.	-		Não se aplica	

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)



PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE 2023
Selo Prata

Requisitos segundo a Portaria CNJ n. 82/2023	Alínea	Pontuação		Justificativa
Art. 5º, XI - Realização de inspeções nos estabelecimentos de cumprimento de medidas socioeducativas, Resolução CNJ n. 77/2009.	-		Não se aplica	
	a)	0,00	0/10 (0%)	<p>[Comentário da Ficha Avaliativa Preliminar]: O tribunal informou que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de magistradas (do sexo feminino) inscritas nos processos de promoção no período de referência: 10 • Número de magistradas (do sexo feminino) promovidas por merecimento no período de referência: 1 • Número de magistrados (do sexo masculino) inscritos nos processos de promoção no período de referência: 8 • Número de magistrados (do sexo masculino) promovidos por merecimento no período de referência: 1 <p>Como a resultante valor resultante da divisão de [(mulheres promovidas)/(mulheres promovidas + homens promovidos)] é menor que o valor do indicador [(mulheres inscritas)/(mulheres inscritas + homens inscritos)], o tribunal recebe 0 pontos.</p> <p>[Resposta ao recurso apresentado]: Recurso indeferido. O Tribunal requer que seja aplicado o critério da Portaria revogada, que foi prévio à análise das impugnações, que consistia na avaliação do percentual de mulheres promovidas em relação ao total de promovidas e promovidos, que foi alterado para o percentual de mulheres aprovadas em relação ao percentual de mulheres inscritas. A mudança de critério visa equilibrar a premiação, no sentido de não prejudicar órgãos com baixa inscrição feminina, etapa que foge da competência do órgão e reside na própria opção das magistradas de se candidatar ou não. A mudança ocorreu após a análise de impugnações e debate no âmbito da Comissão Avaliadora do Prêmio CNJ de Qualidade.</p>
	b)		Não se aplica	
Art. 5º, XII - Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, Resolução CNJ n. 255/2018.	c)	0,00	0/10 (0%)	<p>O tribunal informou que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de magistradas (sexo feminino) designadas como juíza auxiliar da presidência: 2 • Número de magistrados (sexo masculino) designados como juiz auxiliar da presidência: 4 • Número de magistradas (sexo feminino) designadas como juíza auxiliar da vice-presidência: 0 • Número de magistrados (sexo masculino) designados como juiz auxiliar da vice-presidência: 1 • Número de magistradas (sexo feminino) designadas como juíza auxiliar da corregedoria: 1 • Número de magistrados (sexo masculino) designados como juiz auxiliar da corregedoria: 1 • Número de magistradas (sexo feminino) designadas como diretora de escola judicial: 0 • Número de magistrados (sexo masculino) designados como diretor de escola judicial: 2 <p>Como o percentual de mulheres é igual a 27.27%, o tribunal irá receber 0 pontos.</p>

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)



PRÊMIO
**CNJ DE
QUALIDADE 2023**
Selo Prata

Requisitos segundo a Portaria CNJ n. 82/2023	Alínea	Pontuação		Justificativa
	d)		Não se aplica	
Art. 5º, XIII - Instituir os Centros Especializados de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, de acordo com a Resolução CNJ n. 253/2018.	-		Não se aplica	
Art. 5º, XIV - Acessibilidade e Inclusão, Resolução CNJ n. 401/2021.	-	15,00	15/20 (75%)	c.1) O percentual de eventos realizados com acessibilidade comunicacional, calculado pela relação (QEAc / Qet), conforme indicador 3.4 do anexo da referida resolução, foi de 2,5%, logo o tribunal recebe 0 pontos. c.2) O tribunal apresentou a utilização de 2 recursos de tecnologia assistida que permita o uso de computadores por pessoas com deficiência visual, logo recebe 5 pontos.
Art. 5º, XV - Instituir a Política de Gestão da Inovação, Resolução CNJ no 395/2021.	-	20,00	20/20 (100%)	
Art. 5º, XVI - Implantar Núcleos de Cooperação Judiciária, Resolução CNJ n. 350/2020	-	20,00	20/20 (100%)	
Art. 5º, XVII - Capacitação de magistrados(as) em direitos humanos, gênero, raça e etnia, Resolução CNJ n. 492/2023.	-	20,00	20/20 (100%)	

FICHA AVALIATIVA – PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2023

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)



**PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE 2023**
Selo Prata

Requisitos segundo a Portaria CNJ n. 82/2023	Alínea	Pontuação	Justificativa	
Eixo Produtividade				
Art. 6º, I - Alcança os melhores índices no IPC-Jus.	-	30,00	30/90 (33,3%)	[Comentário da Ficha Avaliativa Preliminar]: O IPC-Jus do tribunal é maior ou igual a 70% e menor que 80% (72%), logo recebe 30 pontos. [Resposta ao recurso apresentado]: Recurso indeferido. O Tribunal solicita que o IPC-Jus seja calculado com base nos dados do DataJud de 31/8/2023, independentemente de republicação do relatório Justiça em Números. Considerando que a Portaria CNJ n. 82/2023 é expressa ao indicar a fonte do Relatório Justiça em Números na avaliação do item, ressalta-se que a situação apresentada se trata de impugnação ao critério, etapa específica do processo avaliativo do Prêmio e já realizada, de forma que não pode ser analisada na fase de recursos à avaliação. Contudo, ao realizar simulação de recálculo do IPC-Jus de todos os tribunais, com os dados enviados até 31/08/2023, o IPC-Jus do Tribunal cairia de 72,4% para 72,0%, permanecendo com 30 pontos.
Art. 6º, II - Reduzir a Taxa de Congestionamento líquida.	-	50,00	50/50 (100%)	A taxa de congestionamento líquida é igual a 32,4% e a variação observada foi de -8,19 pontos percentuais. Logo, a pontuação do tribunal é igual a 50 pontos.
Art. 6º, III - Tempo médio de duração dos processos pendentes.	-	35,00	35/50 (70%)	O tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos foi de 204,646 dias, valor entre 201 e 300 dias. Logo, o tribunal TRT9 recebeu a pontuação de 35 pontos.
	a)	10,00	10/10 (100%)	O percentual de audiências realizadas em relação total de casos novos de conhecimento não criminais e procedimentos pré-processuais recebidos é igual a 26,5%, valor maior ou igual que 17%, logo a pontuação do tribunal é de 10 pontos.
	b)	10,00	10/10 (100%)	O total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas não criminais passíveis de acordo, julgados nas varas, juizados especiais e turmas recursais é igual a 48,8%, valor maior ou igual que 40%, logo a pontuação do tribunal é de 10 pontos.
	c)	0,00	0/10 (0%)	O total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas não criminais passíveis de acordo, julgados nos Tribunais (2º grau) é 1,7%, valor menor que 2,5%, logo a pontuação do tribunal é de 0 pontos.

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)



PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE 2023
Selo Prata

Requisitos segundo a Portaria CNJ n. 82/2023	Alínea	Pontuação		Justificativa
Art. 6º, IV - Índice de Conciliação.	d)		Não se aplica	
	e)	10,00	10/10 (100%)	O total de processos com sentenças de execução de títulos executivos extrajudiciais não fiscais homologatórias de acordo em relação ao total de processos com sentenças de execução de títulos executivos extrajudiciais não fiscais é igual a 25,9%, valor maior ou igual que 22%, logo a pontuação do tribunal é de 10 pontos.
	f)	0,00	0/10 (0%)	O total de processos com sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de processos com sentenças em execução judicial ou em cumprimento de sentença não criminais é igual a 15,3%, valor menor que 20%, logo a pontuação do tribunal é de 0 pontos.
Art. 6º, V - Metas Nacionais.	-	40,00	40/40 (100%)	<ul style="list-style-type: none"> • Meta 1: Cumprimento de 106,6%, logo a pontuação é de 10 pontos. • Meta 2: Cumprimento de 105,9%, logo a pontuação é de 10 pontos. • Meta 3: Percentual de Conciliação de 50,9%, logo a pontuação é de 10 pontos. • Meta 5: Variação da taxa de congestionamento de -4,4%, logo a pontuação é de 10 pontos. Diante disso, a pontuação final do tribunal é de 40 pontos, do total de 40 pontos.
Art. 6º, VI - Julgar os processos antigos.	-	50,00	50/50 (100%)	Os processos ingressados até o ano de 2020 representam 1% dos casos pendentes líquidos, percentual inferior a 3%. Logo, o tribunal TRT9 recebeu a pontuação de 50 pontos.
Art. 6º, VII - Julgamento dos casos de violência doméstica e familiar contra a	a)	0,00	Não se aplica	

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)



PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE 2023
Selo Prata

Requisitos segundo a Portaria CNJ n. 82/2023	Alínea	Pontuação		Justificativa
mulher e medidas protetivas de urgência.	b)	0,00	Não se aplica	
Art. 6º, VIII - Celeridade processual no julgamento das Ações de Judicialização da Saúde	-		Não se aplica	
Art. 6º, IX - Celeridade processual no julgamento das Ações de Direito Assistencial	-		Não se aplica	
Art. 6º, X - Adoção e Acolhimento	a)		Não se aplica	
	b.1)		Não se aplica	
	b.2)		Não se aplica	
Art. 6º, XI - Celeridade processual na tramitação das Ações Penais.	a)		Não se aplica	
	b)		Não se aplica	

FICHA AVALIATIVA – PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2023

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)



PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE 2023
Selo Prata

Requisitos segundo a Portaria CNJ n. 82/2023	Alínea	Pontuação		Justificativa
Art. 6º, XII - Julgamento de IRDR ou IAC, Resolução CNJ n. 444/2022 e Resolução CNJ n. 235/2016.	-	0,00	0/15 (0%)	[Comentário da Ficha Avaliativa Preliminar]: O tribunal julgou 0 IRDR's e 0 IAC's. Como o tribunal não julgou IRDR nem IAC, não recebe pontos. [Resposta ao recurso apresentado]: Recurso indeferido. O Tribunal alega que julgou os IRDRs de tema 13, 14 e 15, e os IACs 14, 15 e 16. Primeiramente esclarecemos que apenas são contabilizados para fins de premiação os IRDRs e IACs com mérito julgado, sendo que no recurso são apresentados IRDRs e IACs instaurados ou cancelados: a) No IRDR de tema 13 a data de julgamento não está informada; b) No IRDR de tema 14, além de se tratar de tema não admitido, e que não poderia ser contabilizado para fins de premiação, o BNPR foi alimentado de forma incorreta, pois foi preenchida data de julgamento de mérito e consta status de transitado em julgado, quando deveria ser cancelado. Assim, faz-se necessário corrigir os dados informados no sistema; c) No IRDR de tema 15, se refere a IRDR admitido, sem tese firmada, portanto não é contabilizado para fins de premiação; d) No IAC 14 é um IAC não admitido, logo também não é contabilizado segundo os critérios da premiação. Além disso o BNPR está informado de forma equivocada, com data de julgamento de mérito preenchida; e e) Nos IACs 15 e 16, são IACs convertido em IRDRs, sem julgamento de mérito, logo, não devem ser contabilizados segundo os critérios da premiação. Além disso o BNPR está informado de forma equivocada, com datas de julgamento de mérito preenchidas.
Art. 6º, XIII - Unidades judiciárias com Índice de Atendimento à Demanda (IAD) acima de 100%.	a)	25,00	25/30 (83,3%)	O percentual de unidades judiciárias de primeiro grau com IAD superior a 100% é 83,5%. Logo, a pontuação do tribunal é igual a 25 pontos.
	b)	16,00	16/20 (80%)	O percentual de unidades judiciárias de segundo grau com IAD igual ou superior a 100% é 80%. Logo, a pontuação do tribunal é igual a 16 pontos.
Art. 6º, XIV - Celeridade e julgamento de ações ambientais, Resolução CNJ n.433/2021.	a)		Não se aplica	
	b)		Não se aplica	
Eixo Transparência				
Art. 7º, I - Ranking da Transparência.	-	70,00	70/100 (70%)	Índice entre 90% e 94,9% no Ranking da Transparência (94,1%), logo recebe 70 pontos.

FICHA AVALIATIVA – PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2023

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)



PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE 2023
Selo Prata

Requisitos segundo a Portaria CNJ n. 82/2023	Alínea	Pontuação		Justificativa
Art. 7º, II - Atendimento ao cidadão-ouvidoria.	-	20,00	20/20 (100%)	O tribunal respondeu acima de 90% das demandas, com caráter resolutivo, em até 30 dias. (recebidas: 11; respondidas: 11; percentual: 100,00%).
Eixo Dados e Tecnologia				
	a.1)	10,00	10/10 (100%)	100% dos registros estão com tipoAssuntoProcessual.codigoNacional e/ou tipoAssuntoLocal.codigoPaiNacional válidos que sejam folha (último nível) ou de nível 3 ou mais, valor superior ou igual a 98%. Logo, o tribunal recebe 10 pontos.
	a.2)	10,00	10/10 (100%)	98% dos registros estão com tipoMovimentoNacional.codigoNacional e/ou tipoMovimentoLocal.codigoPaiNacional preenchidos, válidos e em último nível, valor superior ou igual a 95%. Logo, o tribunal recebe 10 pontos.
	a.3)	10,00	10/10 (100%)	100% dos registros estão com movimentos que possuam complementos tabelados com os campos movimentoNacional.complemento e/ou movimentoLocal.complemento preenchidos e em formato válido, no padrão do modelo XSD, valor superior ou igual a 90%. Logo, o tribunal recebe 10 pontos.
	b.1)	20,00	20/20 (100%)	99% dos campos Pessoa.numeroDocumentoPrincipal estão preenchidos e em formato válido, em pessoa do polo ativo E PoloProcessual.polo, tipo igual AT: polo ativo preenchido, valor superior ou igual a 95%. Logo, o tribunal recebe 20 pontos.
	b.2)	20,00	20/20 (100%)	99% dos campos Pessoa.numeroDocumentoPrincipal preenchidos e em formato válido, em pessoa do polo passivo PoloProcessual.polo, tipo igual PA: polo passivo preenchido, valor superior ou igual a 95%. Logo, o tribunal recebe 20 pontos.
	c.1)	10,00	10/10 (100%)	100% dos movimentos de audiência (970 ou filhos) estão com complemento preenchido em formato válido, valor superior ou igual a 95%. Logo, o tribunal recebe 10 pontos.
	c.2)	10,00	10/10 (100%)	100% dos movimentos de remessa (123 ou 982) estão com complemento preenchido em formato válido, valor superior ou igual a 98%. Logo, o tribunal recebe 10 pontos.

FICHA AVALIATIVA – PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2023

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)



**PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE 2023**
Selo Prata

Requisitos segundo a Portaria CNJ n. 82/2023	Alínea	Pontuação		Justificativa
Art. 8º, I - Datajud. (até 140 pontos)	c.3)	10,00	10/10 (100%)	100% dos movimentos 14739 (Evolução da Classe Processual), 14738 (Retificação de Classe Processual), 10966 (Mudança de Classe Processual), estão com complemento preenchido em formato válido e com identificação das classes que estejam de acordo com as TPUs, valor superior ou igual a 95%. Logo, o tribunal recebe 10 pontos.
	c.4)	10,00	10/10 (100%)	100% dos movimentos de suspensão estão com complemento preenchido em formato válido, e de acordo com os números dos temas existentes no BNP (ou BNPR), instituído pela Resolução CNJ n. 444/2022, valor superior ou igual a 95%. Logo, o tribunal recebe 10 pontos.
	c.5)	0,00	Não se aplica	
	c.6)	n/a	Não se aplica	Critério Desconsiderado do cálculo da premiação.
	c.7)	0,00	Não se aplica	
	c.8)	0,00	Não se aplica	
	c.9)	0,00	Não se aplica	
	c.10)	0,00	Não se aplica	
Art. 8º, II - Módulo de Produtividade Mensal.	-	60,00	60/60 (100%)	<p>a) O tribunal possui 0% dos registros inconsistentes no Passo 1 do sistema MPM - cadastro de serventias, logo o tribunal recebe 10 pontos.</p> <p>b) O tribunal possui 0% dos registros inconsistentes no Passo 1 do sistema MPM - cadastro de magistrados(as), logo o tribunal recebe 10 pontos.</p> <p>c) O tribunal possui 0% dos registros inconsistentes no Passo 1 do sistema MPM - cadastro do quadro de pessoal e auxiliar, logo o tribunal recebe 10 pontos.</p> <p>d) O tribunal recebe 10 pontos.</p> <p>e) O tribunal inseriu 98,48% dos magistrados no Módulo de Produtividade Mensal. Logo, o tribunal recebe 10 pontos.</p> <p>f) O tribunal inseriu 99,65% dos servidores no Módulo de Produtividade Mensal. Logo, o tribunal recebe 10 pontos.</p>

FICHA AVALIATIVA – PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2023

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)



**PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE 2023**
Selo Prata

Requisitos segundo a Portaria CNJ n. 82/2023	Alínea	Pontuação		Justificativa
Art. 8º, III - Saneamento do DataJud por Unidade Judiciária, Resolução CNJ n. 331/2020	a)	10,00	10/10 (100%)	Todas as unidades judiciárias possuem 100% dos registros com códigos classeProcessual válidos e que sejam folha (último nível). Logo, o tribunal recebe 10 pontos neste item.
	b)	10,00	10/10 (100%)	100% das unidades judiciárias possuem mais de 98% dos registros com tipoAssuntoProcessual.codigoNacional e/ou tipoAssuntoLocal.codigoPaiNacional válidos que sejam folha (último nível) ou de nível 3 ou mais, valor igual ou superior a 98%. Logo, o tribunal recebe 10 pontos neste item.
	c.1)	5,00	5/5 (100%)	100% das unidades judiciárias possuem mais de 95% dos campos Pessoa.numeroDocumentoPrincipal preenchidos e em formato válido, em pessoa do polo ativo e PoloProcessual.polo, tipo igual AT: polo ativo preenchido, valor superior ou igual a 95%. Logo, o tribunal recebe 5 pontos neste item.
	c.2)	5,00	5/5 (100%)	99% das unidades judiciárias possuem mais de 95% dos campos Pessoa.numeroDocumentoPrincipal preenchidos e em formato válido, em pessoa do polo passivo PoloProcessual.polo, tipo igual PA: polo passivo preenchido, valor superior ou igual a 95%. Logo, o tribunal recebe 5 pontos neste item.
Art. 8º, IV - Tramitar as ações judiciais de forma Eletrônica.	-	50,00	50/50 (100%)	O percentual de processos pendentes eletrônicos em relação ao total de processos pendentes no Datajud é igual 100%, valor superior a 99%. Logo, a pontuação do tribunal é igual a 50 pontos.
Art. 8º, V - Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura em Tecnologia da Informação (iGov-TIC-JUD).	a)	30,00	30/50 (60%)	O tribunal atingiu o valor de 86,01 no iGovTIC-Jud 2023, chegando ao nível de maturidade 'Aprimorado', logo recebe 30 pontos.
	b)	10,00	10/10 (100%)	<ul style="list-style-type: none"> Quantitativo de cargos de TIC no quadro permanente do Órgão (não contabilizar os cargos comissionados): 128. Mínimo necessário de profissionais do quadro permanente, conforme ENTIC-JUD: 140. Percentual calculado: 91,42%. Pontuação: 10 pontos.

FICHA AVALIATIVA – PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2023

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)



PRÊMIO
**CNJ DE
QUALIDADE 2023**
Selo Prata

Requisitos segundo a Portaria CNJ n. 82/2023	Alínea	Pontuação		Justificativa
Art. 8º, VI - Implantar Núcleo de Justiça 4.0, Resolução CNJ n. 385/2021 e Resolução CNJ n. 398/2021.	-		Não se aplica	
Art. 8º, VII - Implantar o Balcão Virtual, Resolução CNJ n. 372/2021.	-	20,00	20/20 (100%)	
Art. 8º, VIII - Utilizar a integração com a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-BR), Resolução CNJ n. 335/2020	-	70,00	70/70 (100%)	<p>a) O tribunal possui integração ativa ao serviço estruturante de Single Sign-On (SSO) que produz em média 34.783 operações mensais, logo recebe 30 pontos.</p> <p>b) O tribunal possui integração ativa ao serviço de marketplace que produz em média 5.555 acessos mensais, logo recebe 20 pontos.</p> <p>c) O tribunal possui 4 inscrições ativas no serviço de notificações, logo recebe 20 pontos.</p>

FICHA AVALIATIVA – PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2023

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR)



PRÊMIO
**CNJ DE
QUALIDADE 2023**
Selo Prata

Requisitos segundo a Portaria CNJ n. 82/2023	Alínea	Pontuação		Justificativa
Art. 8º, IX - Implantar a Plataforma Codex, Resolução CNJ n. 446/2022	-	80,00	80/80 (100%)	a) A proporção de processos eletrônicos carregados na plataforma CODEX é de 100%, logo recebe 50 pontos. b) O percentual de processos carregados no CODEX com de-para de órgão julgador válido foi de 94,81%, logo recebe 10 pontos. c) O percentual de processos carregados no CODEX com classe processual válida foi de 100%, logo recebe 10 pontos. d) O percentual de processos carregados no CODEX com assunto processual válido foi de 99,86%, logo recebe 10 pontos.
Art. 8º, X - Implantar Pontos de Inclusão Digital (PID), Recomendação CNJ n. 130/2022.	-	0,00	0/20 (0%)	O tribunal informou que não cumpre o disposto no art. 8º, X (Implantar Pontos de Inclusão Digital (PID)).
Penalidade				
-				
Resultado Final		1042,00	1042/1280 (81,41%)	